

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.458 - MG (2020/0255634-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CARLA APARECIDA BORGES DE ASSUNCAO SILVA
ADVOGADOS : GERALDO AMAZAM DE ARAUJO - MG039421
GISELE GONÇALVES ARAUJO - MG140874
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : BRUNO BALASSIANO GAZ - MG141901

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por CARLA APARECIDA BORGES DE ASSUNCAO SILVA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – DECISÃO QUE DEFERE PEDIDO LIMINAR – PRELIMINARES – IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO – VEDAÇÃO CONTIDA NOS ARTS. 1º, § 3º, DA LEI N. 8.437/92, 300, § 3º, DO CPC E ART. 7º, § 2º, LEI N. 12.016/09 – REJEITADA – AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA – REJEITADA – DECISÃO ADMINISTRATIVA TRANSITADA EM JULGADO – AGRAVADA NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS – AFASTAMENTO DO FUMUS BONI IURIS INICIALMENTE DEMONSTRADO NO FEITO DE ORIGEM – REFORMADA DECISÃO AGRAVADA.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 5º, LVII, da CF/88, sob o fundamento de que a administração não pode impedir a recorrente de participar das eleições para a escolha de diretor e vice-diretor de escola estadual, uma vez que ainda cabe recurso em face da sanção que lhe foi aplicada.

Quanto à segunda controvérsia, alega que houve negativa de vigência do CPC.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do

apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe a esta Corte Superior, ainda que para fins de prequestionamento, examinar na via especial suposta violação de dispositivo ou princípio constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal”. (AgInt nos EREsp 1.544.786/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe de 16/6/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: EDcl no REsp 1.435.837/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/10/2019; EDcl no REsp 1.656.322/SC, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, DJe de 13/12/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF uma vez que há indicação genérica de violação de lei federal sem particularizar quais dispositivos teriam sido violados, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “De outro lado, verifica-se que, embora a parte recorrente tenha indicado violação à MP 2.180-35/01 e à Lei n. 4.414/64, não apontou, com precisão, qual regramento legal teria sido efetivamente violado pelo acórdão recorrido. Assim, nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal, a indicação de violação genérica a lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF”. (AgInt no REsp n. 1.468.671/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 30/3/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.641.118/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 25/6/2020; AgInt no AREsp n. 744.582/SC, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1/6/2020; AgInt no AREsp n. 1.305.693/DF, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 31/3/2020; AgInt no REsp n. 1.475.626/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 4/12/2017; AgRg no AREsp n. 546.951/MT, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 22/9/2015; e REsp n. 1.304.871/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1º/7/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente